

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v16i28.726>

***AS PERIODIZAÇÕES DA HISTÓRIA GERAL E DA HISTÓRIA ANTIGA NOS MANUAIS DE ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL: limitações e proposições<sup>1</sup>***

***THE PERIODIZATIONS OF GENERAL AND ANCIENT HISTORY IN HISTORY TEACHING GUIDEBOOKS IN BRAZIL: limitations and propositions***

***LAS PERIODIZACIONES DE LA HISTORIA GENERAL Y LA HISTORIA ANTIGUA EN LOS MANUALES DE ENSEÑANZA DE HISTORIA EN BRASIL: limitaciones y proposiciones***

JOSÉ PETRÚCIO DE FARIAS JÚNIOR

Doutor. Professor Adjunto do colegiado de História na  
Universidade Federal do Piauí (Campus de Picos)

Picos/Piauí/Brasil

[petruciojr@terra.com.br](mailto:petruciojr@terra.com.br)

**Resumo:** A periodização é um recurso didático do qual a maioria dos docentes, em diferentes níveis de ensino, faz uso. Indagar a configuração da periodização histórica equivale, a nosso ver, a questionar a maneira pela qual significamos o passado; prática que nos permite, por extensão, lançar novos olhares às grandes narrativas que compõem a chamada “História Geral”. Diante disso, objetivamos, neste artigo, analisar as implicações ideológicas por trás da divisão quadripartite da História Geral, no interior da qual se situa a História Antiga, e apresentar propostas de periodização que valorizam os processos de interação transcultural.

**Palavras-chave:** Periodização. História Geral. História Antiga.

**Abstract:** Periodization is a didactic resource that most teachers, at different levels of education, make use of. To inquire into the configuration of historical periodization is equivalent, in our view, to question the manner in which we signify the past; a practice that allows us, by extension, to throw new perspectives at the narratives that make up the so-called ‘General History’. In this article, we aim to analyze the ideological implications behind the traditional division of General History, within which Ancient History is situated, and discuss periodization proposals that value the processes of cross-cultural interaction.

**Keywords:** Periodization. Ancient History. General History.

**Resumen:** La periodización es un recurso didáctico del cual la mayoría de los docentes, en diferentes niveles de enseñanza, hace uso. Indagar la configuración de la periodización histórica equivale, a nuestro ver, a cuestionar la manera como significamos el pasado, práctica que nos permite, por extensión, lanzar nuevas miradas a las grandes narrativas que componen la llamada “Historia General”. En este artículo, analizamos las implicaciones ideológicas detrás de la división cuatripartita de la Historia General, dentro de la cual se sitúa la Historia Antigua, y presenta propuestas de periodización que valoran los procesos de interacción transcultural.

**Palabras clave:** Periodización. Historia Antigua. Historia General.

---

<sup>1</sup> Artigo submetido à avaliação em fevereiro de 2019 e aprovado para publicação em junho de 2019.

## Introdução

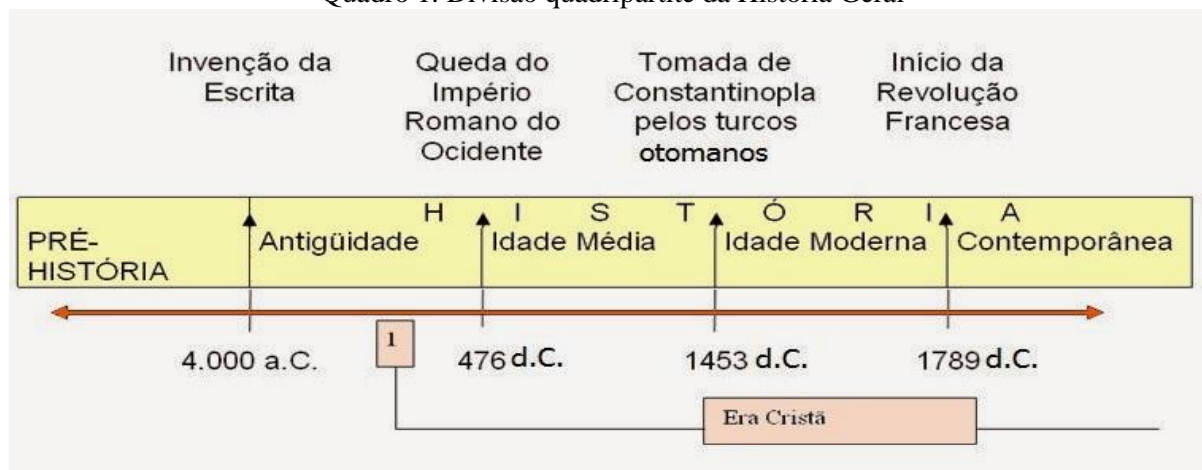
Reconhecemos que a periodização é um recurso pedagógico muito importante às aulas de História, já que contribui para que o aluno organize os acontecimentos históricos em uma “linha temporal” que permite, por sua vez, identificar a anterioridade ou posterioridade das ações dos sujeitos e seus impactos sociais. No entanto, é preciso considerar que toda periodização histórica consiste em uma forma de atribuir sentido ao passado, isto é, representa uma maneira de interpretar o passado a partir das circunstâncias históricas e do campo de experiências em que o historiador está inserido.

Dessa forma, é uma ilusão conceber a periodização histórica como um processo neutro ou imparcial, porquanto ela exprime um ponto de vista sobre o passado, ou seja, é resultado de uma leitura (interpretação) particular da história, tendo em vista interesses e objetivos do momento histórico em que foi elaborada. Trata-se, em síntese, de um olhar sobre a ordem dos acontecimentos históricos permeado pelas inclinações ou predileções do historiador.

Isso posto, notamos que os “marcos temporais” presentes nas periodizações resultam de escolhas subjetivas do historiador. Quando pensamos, por exemplo, na periodização da chamada História Geral, presente em muitos livros didáticos de História, observamos que a divisão quadripartite da História Geral, a saber: História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea, é caracterizada por cortes arbitrários que explicam intencionalmente as transformações sociais ao atribuir um sentido particular à ordem dos acontecimentos.

As periodizações não são neutras, pelo contrário, como já dissemos, elas carregam valores e princípios sociais de seu tempo e dos grupos que as elaboram, por isso, elas resultam de critérios subjetivos eleitos pelo historiador; ou melhor, não derivam de características inerentes aos acontecimentos, mas externos a eles. É o historiador que seleciona os marcos temporais, ou seja, decide qual(is) acontecimento(s) é/são relevante(s) bem como confere a eles um sentido, articulando-os entre si, de forma a satisfazer seu modo de ver as experiências humanas no tempo. Abaixo segue a divisão tradicional da História Geral, tal como se observa em muitos livros didáticos de História:

Quadro 1: Divisão quadripartite da História Geral



Fonte: imagem extraída do blog “eu, a história e a escola!”. Disponível em: <http://euahistoriaeaescola.blogspot.com/2014/03/periodizacao-da-historia.html>

Diante desse quadro, reflitamos sobre algumas questões que nos incomodam: se a pretensão da divisão quadripartite da História Geral consiste em sinalizar os acontecimentos históricos mais importantes na história da humanidade, em que medida chineses, indianos e japoneses se identificariam com esses marcos temporais? Pensemos em diferentes comunidades africanas ou indígenas brasileiras, em que medida eles relacionariam tais marcos temporais a suas experiências cotidianas ou aos desdobramentos históricos de sua própria comunidade?

Ou de maneira mais abrangente: seria possível definir períodos históricos que sejam significativos e coerentes e que perpassem as fronteiras político-culturais de diferentes sociedades? Qual critério poderia contribuir para que os historiadores categorizassem as diferentes trajetórias da humanidade, considerando seu caráter multifacetado? Essas indagações evidenciam a dificuldade de estabelecer uma periodização no interior da qual diferentes sociedades se situariam, o que nos leva a indagar os pressupostos intencionais da divisão quadripartite da História.

Assim, sustentamos que, quando os historiadores dirigem-se ao passado sob uma perspectiva global e examina processos históricos que transcendem as fronteiras sociais e culturais de uma determinada região, os problemas da periodização tornam-se inevitáveis<sup>2</sup>. Por isso, é que nós, historiadores, temos nos conscientizado de que os esquemas de periodização da História Geral, em uso, sobretudo nos manuais de ensino de História até hoje, baseiam-se em experiências político-culturais, cujos reflexos incidem sobre os

<sup>2</sup> BENTLEY, J. H. Cross-Cultural interaction and periodization in World History. *The American Historical Review*, v. 101, n. 3, p. 749-770, 1996.

desdobramentos históricos do Ocidente, logo, traz consigo não só uma concepção de História do mundo ocidental, mas também a pretensão de universalizar tal percepção do passado.

A História Geral ainda é pensada sob a ótica de acontecimentos históricos “fundadores”, dispostos em uma linha evolutiva e linear que, de modo geral, justifica o presente. A questão que nos inquieta consiste em observar que tais “acontecimentos fundadores” podem ser significativos à trajetória histórica europeia, mas não se aplica às diferentes trajetórias históricas de sociedades americanas, africanas ou asiáticas. Como afirma Jack Goody, em *O roubo da História*, “a periodização progressiva tem sido elaborada para uso interno a partir de um pano de fundo que considera apenas a trajetória europeia”<sup>3</sup>.

Isso mostra que a periodização da História Geral, tal como se apresenta nos manuais didáticos de História, ainda que tenha a pretensão de ser universal, não é uma evidência, mas uma representação singular do passado. Trata-se, especificamente, de uma representação particular do mundo, que, como já observamos, está ancorada no ambiente cultural e nos desdobramentos político-econômicos das nações europeias<sup>4</sup>. Dito de outro modo, ela manifesta um ponto de vista eurocêntrico e ocidentalizado sobre a história da humanidade, por isso não deve ser universalizada.

Fica claro que a periodização da História Geral negligencia as particularidades locais, suplanta os múltiplos percursos político-culturais pelos quais diferentes organizações sociais passaram, uma vez que utiliza uma única régua (a periodização geral) no interior da qual as demais sociedades devem se posicionar. É aconselhável que cada sujeito histórico, cada sociedade ou cada agrupamento humano construa e problematize suas próprias formas de dar sentido ao passado, isto é, pense em seus próprios marcos temporais, sem desconsiderar os critérios subjetivos que tangenciam essa prática.

Logo, a ideia de delimitações universais para explicar a história da humanidade é problemática e inconsistente para muitos historiadores, porquanto reconhecemos o caráter etnocêntrico<sup>5</sup> de tais registros.

---

<sup>3</sup> GOODY, J. *O roubo da história: como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente*. São Paulo: Contexto, 2008.p. 17.

<sup>4</sup> INGLEBERT, H. *Le monde, l'histoire: essai sur les histoires universelles*. Paris: Presses Universitaires de France, 2014. p.7-8.

<sup>5</sup> Esclarecemos que etnocentrismo é um termo técnico, idealizado pelo sociólogo americano Wilian G. Summer, em 1906, em seu livro “Folkways”, para aludir a um modo de agir e pensar em que um grupo social considera-se a referência ou o paradigma aos demais grupos. Em outras palavras, o etnocentrismo manifesta-se no momento em que um grupo social parte de seus próprios valores e princípios sociais para “avaliar” ou “compreender” os demais grupos. Essa postura, caracterizada pela projeção de campos de experiência ou categorias de pensamento sobre o “outro”, reforça o fato de que alguns grupos sociais veem-se como superiores a outros e, com base nisso, imaginam que podem projetar suas visões de mundo ou expectativas sobre a vida aos demais, desconsiderando

De acordo com Norberto Luiz Guarinello, a ideia de “História Antiga” foi fabricada, sobretudo a partir do século XII na Europa Ocidental por uma série de pensadores, poetas, artistas, colecionadores ou curiosos que passaram a se interessar por uma literatura pré-cristã, desvincilhada do controle político-ideológico da Igreja. As abordagens da literatura grega e romana, seus recursos estilísticos, suas visões de mundo ou perspectivas sobre a vida, sobre a relação entre homem e sociedade e sobre a condição humana difundiram-se gradativamente pelas cortes europeias e, com a divulgação da imprensa no século XIV, muitas obras da “Antiguidade Clássica” foram reeditadas e compuseram uma parte significativa da cultura erudita da Europa Ocidental<sup>6</sup>.

Esse movimento de divulgação da literatura clássica, que se intensifica a partir do século XVI, caminhou *pari passu* com o processo de reorganização política dos Estados nacionais, com a emergência, fortalecimento e inserção de estratos da burguesia nos espaços de poder político, com a perda da influência político-cultural dos clérigos da Igreja Católica como fundamentadores de projetos de poder, desde o período medieval, e com a emergência de filósofos ou pensadores europeus dispostos a conferir novas roupagens à configuração política europeia. Esse cenário de mudanças sociais que muitos cientistas chamam de “Renascimento” inspirou a construção de novas identidades para o chamado “homem moderno”, o que implicou atribuir um sentido ao passado que tornasse o presente inteligível e justificável.

Muitos pensadores e filósofos europeus, comprometidos com a explicação desses processos de mudança político-cultural, construíram narrativas históricas ancoradas na ideia de ruptura com o passado próximo. Assim, o período histórico que se situa entre o europeu “moderno” e os “antigos” passa a ser chamado de “Idade Média” – *Medium Aevum* –, isto é, um período intermediário que se estenderia entre os séculos V e XV. O século XVI, sob essa perspectiva, teria sido marcado pelo conjunto de transformações sociais, acima mencionado, o que instigou novos olhares ao passado clássico<sup>7</sup>. É no interior desse movimento político-cultural que muitos europeus, sobretudo italianos e franceses, construíram memórias sobre o “mundo antigo” e o “período medieval” a partir de objetivos e interesses que marcaram esse cenário de mudanças.

---

suas próprias particularidades ou seus próprios projetos de vida. (CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999).

<sup>6</sup> GUARINELLO, N. L. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 18-19.

<sup>7</sup> Convém destacar que o surgimento da História científica só se consolida em meados do século XIX, momento em que a História Antiga torna-se uma disciplina acadêmica.

Grande parte desses pensadores e cientistas europeus, tais como Copérnico, Michelângelo, Leonardo da Vinci, Cristóvão Colombo, Newton, Galileu, Thomas Hobbes, Camões, Shakespeare, Adam Smith, Voltaire, Rosseau, entre outros, esforçaram por veicular não só o que se entendia por “homem moderno” ou “modernidade”, mas também por justificar esse “novo tempo”, marcado por transformações sociais, por meio da desqualificação do passado próximo (o *Medium Aevum*), que se torna a “Idade das Trevas”, período que, sob a ótica de muitos destes pensadores, teria sido caracterizado sobremaneira pela produção de uma literatura de baixa qualidade linguística e intelectual – em contraste com as obras da Antiguidade – pela anarquia política, pela estagnação econômica e pela imposição ideológica da Igreja católica em oposição à liberdade de consciência.

Dito de outro modo, a desvalorização do período medieval, concebido como “Idade das Trevas”, contribuiu para a autoafirmação de formas de pensar e agir ou princípios e valores sociais condizentes com os projetos de poder em ascensão. Em síntese,

[...] os termos ‘Antiguidade’ e ‘Feudalismo’ são definidos num puro contexto europeu, atentos ao desenvolvimento histórico particular desse continente. Os problemas surgem quando se pensa sobre a aplicação desses conceitos em outros tempos e lugares, e suas reais limitações vêm à tona<sup>8</sup>.

Assiste-se, nesse sentido, não a um “resgate” da cultura clássica no século XVI, erroneamente chamada de “Renascimento”, mas uma “releitura” interessada de tais obras. Para Guarinello,

A opção de reconstruir essa memória deixou uma marca profunda no que viria a ser a moderna concepção de Ocidente. A ‘criação do antigo’ foi uma verdadeira revolução cultural que, aos poucos, atingiu todas as camadas da população. O ‘mundo antigo’ tornou-se, assim, um participante ativo e necessário de outras revoluções: políticas, sociais e econômicas, cujas consequências sentimos até hoje<sup>9</sup>

Nesse excerto, Guarinello esclarece que a construção de uma leitura sobre a Antiguidade edifica-se, a partir do século XVI, de forma a referendar posicionamentos político-culturais pelos quais o “homem moderno” tinha apreço. A literatura clássica, por exemplo, torna-se uma marca distintiva da cultura erudita europeia ocidental e a admiração e o respeito pelos textos em grego e em latim, mas também pela Bíblia, colaboravam para a emulação de tais sociedades antigas. Outro aspecto importante desse fragmento versa sobre a relação entre a invenção da Antiguidade e a construção da *moderna concepção de Ocidente*.

<sup>8</sup> GOODY, op. cit., p. 33.

<sup>9</sup> GUARINELLO, op. cit., p. 19

Queremos dizer com isso que a construção de uma memória sobre a Antiguidade contribuiu para forjar o que muitos estudiosos chamam de “identidade cultural ocidental”, como se fôssemos herdeiros diretos de práticas culturais genuinamente ocidentais, provenientes das sociedades gregas e romanas<sup>10</sup>. Dito de outro modo,

[...] é possível estruturar a morfogênese cultural do Ocidente, tendo como base cinco acontecimentos essenciais: 1. A invenção, pelos gregos, da Cidade, da liberdade sob a lei, da ciência e da escola. 2. A invenção, por Roma, do direito, da propriedade privada, da noção de “pessoa” e do humanismo. 3. A revolução ética e escatológica da Bíblia: a caridade prevalece sobre a justiça, e o tempo linear, o tempo da História, é posto sob tensão escatológica. 4. A “Revolução Papal”, do século XI ao XIII, que preferiu utilizar a razão sob duas configurações – ciência grega e direito romano – para inscrever a ética e a escatologia bíblicas na História, realizando assim a primeira síntese verdadeira entre “Atenas”, “Roma” e “Jerusalém”. 5. A promoção da democracia liberal consumada pelo que se convencionou designar as grandes revoluções democráticas (Holanda, Inglaterra, Estados Unidos, França e, depois, sob diferentes formas, todos os outros países da Europa Ocidental).<sup>11</sup>

Os itens do fragmento acima, de acordo com Philippe Nemo<sup>12</sup>, reportam-se ao que é concebido por muitos como “base da cultura ocidental”, no interior dos quais se destacam as experiências político-culturais greco-romanas. Em outras palavras, cabe destacar que, numa perspectiva eurocêntrica, tal como apresentada por Nemo, a História Antiga ocidentaliza-nos, isto é, insere-nos numa linha do tempo que nos torna, de certa forma, herdeiros da Grécia, de Roma e da cultura judaico-cristã.

De modo geral, “vemo-nos como ocidentais e a Grécia e Roma parecem-nos mais próximos que as Histórias de outras sociedades antigas, tais como China, Índia, sociedades nilóticas da África Central e do Sul”, entre outras, por isso asseveramos que a construção da identidade cultural ocidental fora, em grande medida, forjada por um discurso que nos vincularia à chamada “herança clássica”<sup>13</sup>.

Particularmente no século XIX, a escrita da História, em geral voltada à construção da história das nações europeias, numa perspectiva genealógica, aludia às experiências político-culturais das sociedades antigas gregas e romanas como ponto de partida para compreender o processo civilizacional e o padrão cultural que impulsionou o Ocidente. Nesse sentido, verifica-se o esforço da elite letrada em construir uma linha de continuidade entre o “novo” e o “velho” mundo, no interior da qual as origens das nações europeias e, por

<sup>10</sup> GOODY, op. cit.

<sup>11</sup> NEMO, P. *O que é o Ocidente?*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 9.

<sup>12</sup> NEMO, op. cit.

<sup>13</sup> FARIAS JUNIOR, J. P.; LIMA, G. C. Ensino de História Antiga no século XIX: reflexões sobre os compêndios didáticos de história oitocentistas como fonte histórica. In: FARIAS, JUNIOR, J. P.; CERQUEIRA, M. D. F.; LIMA, G. C. **História, educação e ensino no Brasil**: entrelaçando saberes. Teresina: EDUFPI, 2019.

extensão, brasileira, não se encontravam na África ou no Oriente, mas sim nas sociedades clássicas, particularmente Grécia e Roma.

Sustentamos que tal abordagem corresponde à “fabricação” da Antiguidade por muitos historiadores até o século XIX que conferiam centralidade às sociedades clássicas ao defender a suposta originalidade grega, particularmente no que tange à ideia de democracia, liberdade e lei, bem como à sociedade romana, no que diz respeito à ideia de república, direito e propriedade privada.

Essa interpretação do passado clássico, compartilhada por muitos estudiosos até hoje, desconsidera os contatos culturais entre gregos e romanos com seus vizinhos, como fenícios, israelitas, povos da Mesopotâmia, como os assírios, babilônios e hititas, bem como com as dinastias chinesas com quem mantinham profícuos contatos comerciais. Para Goody<sup>14</sup>, até hoje, a defesa de que a democracia, as cidades, a liberdade, a lei, a república, entre outras experiências humanas, não foram “inventadas” por gregos e romanos; e, sim, resultado do compartilhamento de experiências culturais com seus vizinhos, especialmente com os orientais, desagrada a muitos pesquisadores afinados a posturas etnocêntricas que sinalizam a primazia das experiências político-culturais das sociedades antigas ocidentais sobre as demais<sup>15</sup>.

Quando nos voltamos à periodização da História Antiga no Brasil, também percebemos esforços de compartimentalização e organização dos conhecimentos históricos que se estendem da pós-graduação à educação básica. É comum, por exemplo, que muitos especialistas segmentem a História Antiga em, pelo menos, três subáreas: História Antiga Oriental ou Antigo Oriente Próximo (que em geral se restringe à Mesopotâmia e Egito), História da Grécia Antiga e História da Roma Antiga.

Aos cursos de graduação em História que contemplam, em sua grade, as disciplinas História Antiga I e História Antiga II, é comum que haja dois docentes: um para Grécia e outro para Roma ou, mais raro, um para Antiguidade Oriental e outro para Antiguidade Ocidental (Grécia e Roma).

Em relação aos cursos que possuem apenas uma disciplina para os estudos da Antiguidade, em geral os planos de ensino voltam-se aos estudos das sociedades clássicas, Grécia e Roma. Isso se explica, a nosso ver, em virtude do perfil profissional da maioria dos especialistas brasileiros em História Antiga, cujas pesquisas estão concentradas em Grécia e

---

<sup>14</sup> Ibid., p. 81-82

<sup>15</sup> VLASSOPOULOS, K. *Unthinking the greeks polis: Ancient Greek History beyond eurocentrism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 109-122.



Roma e veem-se habilitados a orientar trabalhos acadêmicos sobre temas afins às suas investigações<sup>16</sup>, por isso estudos sobre História Antiga de Israel, China e Índia estão menos presentes na maioria dos planos de ensino dos cursos de História Antiga das universidades brasileiras. Além disso, encontra-se mais facilidade em estudar grego clássico e latim em nossas universidades do que línguas antigas orientais, o que dificulta, ainda mais, o acesso às fontes.

Essa divisão da História Antiga em subáreas, no âmbito da academia, pode ter influenciado a escrita da história escolar, na medida em que muitos autores de livros didáticos apresentam as sociedades antigas a começar pela Antiguidade Oriental (Mesopotâmia e Egito), em seguida, migra-se para os estudos da história da Grécia e, por fim, à História de Roma. Para o historiador Norberto Guarinello, essa divisão tripartite da História Antiga

[...] é apresentada ao público em geral na forma de uma sucessão cronológica, como se a tocha da História, na corrida de revezamento que é o progresso da humanidade, tivesse sido transmitida progressivamente de Leste a Oeste. Como se a História se apagasse progressivamente a Leste, para reacender-se a Oeste, à medida que o foco da civilização se deslocava.<sup>17</sup>

No excerto em questão, Guarinello chama atenção para as implicações ideológicas e as inconsistências que estão por trás da escrita da história escolar. Em primeiro lugar, a história ensinada, nos parâmetros acima expostos, propaga a falsa percepção de que as sociedades mesopotâmicas, egípcias, gregas e romanas se sobrepõem umas às outras cronologicamente; isto é, após os povos da Mesopotâmia, sucedem-se os egípcios, em seguida, os gregos e, por fim, os romanos. Esquece-se, com isso, de que tais sociedades desenvolveram-se concomitantemente.

Outra questão problemática consiste em abordá-las de maneira isolada, como se não houvesse profícuos contatos culturais entre tais sociedades antigas, o que é completamente inadequado, se considerarmos as pesquisas no campo da História e da Arqueologia que demonstram um constante processo de interação político-cultural, especialmente no Mediterrâneo.

Sobre esse aspecto, Guarinello adverte-nos para a importância de quebrar as balizas cronológicas e espaciais enraizadas nos livros didáticos e reforçar a ideia do Mediterrâneo como reduto de diferentes experiências político-culturais, cujos povos, em

---

<sup>16</sup> DOMINIQUE, S; KOLV, G; NAZÁRIO, J. J. O ensino e a pesquisa em história antiga no Brasil: reflexões a partir dos dados da Plataforma Lattes. *Revista Mare Nostrum: estudos sobre o Mediterrâneo Antigo*, n.8, p. 131, 2017.

<sup>17</sup> GUARINELLO, N. L. Uma morfologia da história: as formas da história antiga. *Politeia*, v. 3, n. 1, p. 52, 2003. Grifo nosso.

constante contato, promoveram trocas, em diversas esferas: comerciais, econômicas, políticas e culturais, as quais são perceptíveis a partir do exame dos vestígios materiais e literários das sociedades que margeavam o Mar Mediterrâneo.<sup>18</sup>

Também não podemos deixar de destacar o alto nível de generalização presente na narrativa escolar quando se reporta às sociedades antigas. A Mesopotâmia, por exemplo, é um termo atribuído pelos gregos para se referir a uma região entre os rios Tigre e Eufrates que abrigava uma série de povos distintos e adotaram, ao longo dos séculos, diferentes formas de governo e centralização política; além disso, estabeleceram diferentes relações de poder entre si que produziram impactos em suas experiências cotidianas ao longo do tempo. Trata-se de um processo contínuo de interações e transformações político-culturais.

Da mesma maneira, gregos e romanos não constituíram sociedades homogêneas, com formas de agir e pensar coerentes ou padronizados; não há unicidade em seus processos históricos. A título de ilustração, reiteramos o fato de que a Grécia Antiga nunca foi uma espécie de Estado unificado, com língua, cultura e território particulares, como muitos autores nos fazem crer. Era, ao contrário, constituída de uma série de *pólis* (cidade-Estado) – entendidas como “comunidades autônomas politicamente”, em geral, com presença de um local central (ágora), utilizado para encontros, reuniões e discussões entre os membros da comunidade, bem como de *ethnos*, que eram comunidades dispersas pela Hélade ou por regiões de influência helênica, mas diferentemente da *pólis*, havia ausência de instituições políticas definidas. Cada tipo de organização social helênica era dotado de práticas sociais singulares que dialogavam, mas também duelavam entre si<sup>19</sup>.

Assim, o que chamamos de Grécia Antiga corresponde a um mosaico de agrupamentos humanos que se desenvolveram de modo particular, mas que também compartilhavam posturas cooperativas ou colaborativas, sobretudo diante de ameaças externas, como os persas.

No entanto, a despeito dessa diversidade, quando muitos livros didáticos reportam-se à Grécia Antiga, percebe-se que Atenas, mais do que Esparta ou outras póleis e comunidades rurais helênicas, desfruta de relevância ímpar. A predileção por Atenas, como ícone da História da Grécia Antiga, a nosso ver, também resulta de uma postura intencional já que, segundo Assumpção, Atenas torna-se uma referência à posteridade:

---

<sup>18</sup> Ibid., p. 48-52.

<sup>19</sup> FUNARI, P. P. A. *Grécia e Roma: vida pública e vida privada, cultura, pensamento e mitologia, amor e sexualidade*. São Paulo: Contexto, 2011. p.13.

[...] Não podemos deixar de comentar que essa perspectiva foi construída pelos cientistas sociais, no decorrer do XVIII e XIX, no intuito de fomentar a identidade político-cultural dos europeus do referido período e, até mesmo, de justificar medidas de cunho político ao evidenciar a “supremacia” das sociedades antigas da Europa sobre as demais, pelo simples fato de serem herdeiros da tradição “Clássica” – seja ela grega ou romana.<sup>20</sup>

Lembremos que Atenas é associada, por muitos cientistas sociais, à emergência das experiências políticas democráticas (o que é passível de problematização), forma de governo eleita pela maioria dos países ocidentais; e seus filósofos, como Platão e Aristóteles, contribuíram para a sistematização de grande parte do conhecimento humano que influenciaram a constituição das ciências modernas ocidentais. Por isso, a relevância dos estudos atenienses nos manuais de História deriva de critérios subjetivos conectados com o nosso tempo. Muitos alunos formam-se com a falsa percepção de que Atenas e, em segundo plano Esparta, podem resumir a História da Grécia na Antiguidade.

Para Assumpção<sup>21</sup>, o próprio termo “clássico” na composição da periodização da História da Grécia Antiga sinaliza uma interpretação sobre o passado helênico. Queremos dizer com isso que os períodos arcaico, clássico e helenístico que atuam como parâmetros temporais ao estudo da Hélade redundam em uma maneira de olhar a história dos helenos, conectada com questões de nosso tempo: “clássico” refere-se a algo que resiste ao tempo, que ocupa um patamar privilegiado, em detrimento do “arcaico”, que remete a algo retrógrado, obsoleto, ultrapassado; ou “helenístico”, concebido pela historiografia tradicional como um período de declínio dos valores e da identidade dos helenos, a partir do final do século IV a.C. em decorrência das conquistas militares de Alexandre. Dito isso, o termo “clássico”

[...] fora aplicado pelos investigadores do XVIII para incutir a concepção de que o desenvolvimento político-cultural da Hélade, nos séculos V e IV a.C, superavam aqueles que os precederam, bem como os posteriores, permitindo que os mesmos se tornassem referenciais para as sociedades modernas [...] o mesmo não foi criado pelos sujeitos que viveram no referido período, sendo este uma apropriação moderna de um vocabulário latino empregado para legitimar a superioridade político-cultural da Hélade nos séculos V e IV a.C que foi identificada como a matriz do pensamento europeu na modernidade<sup>22</sup>

Nota-se que Atenas foi concebida como modelo político-social a ser seguido pela posteridade, porquanto se ajustava a um campo de experiências culturais valorizado por historiadores contemporâneos que “pretendiam legitimar determinadas práticas político-

<sup>20</sup> ASSUMPÇÃO, L. F. B. As periodizações da hélade: considerações acerca dos conceitos de arcaico, clássico e helenístico. *NEARCO*, n. 1, ano 6, p.106, 2013. Grifo nosso.

<sup>21</sup> *Ibid.*, p. 106.

<sup>22</sup> *Ibid.*, p. 107.

sociais, que permitiam que as sociedades europeias de então fomentassem a sua identidade cultural”.<sup>23</sup>

Já para Francisco e Morales<sup>24</sup>, “o uso icônico e metonímico da história ateniense relaciona-se à ideia de que a história antiga é uma história de cidades, por oposição aos reinos teocráticos orientais”, o que desconsidera as organizações sociais que se formaram fora dos centros urbanos; mas, mais do que isso: o foco em Atenas, no contexto da história da Grécia Antiga, concebida como referência à compreensão das demais cidades gregas, advém de uma leitura não questionadora das fontes históricas antigas pró-Atenas, especialmente das obras de Aristóteles, particularmente *A Constituição de Atenas*, que se ocupa da origem e definição da pólis e, para isso, confere centralidade à pólis ateniense. Não só Aristóteles, mas muitos outros escritores antigos, como Heródoto, Tucídides, Isócrates, Cícero, Suetônio, Élio Aristides, Plutarco, entre outros, desenvolvem um ponto de vista simpático a Atenas, concebendo-a como paradigma cultural e militar para os gregos e tais fontes, a nosso ver, contribuíram para manutenção do que podemos chamar de *atenocentrismo* na contemporaneidade.

Adicionado a isso, consideramos que o tom atenocêntrico, compartilhado por muitos acadêmicos, pode estar relacionado à quantidade de fontes literárias atenienses à disposição, as quais, de fato, propagam uma posição pró-Atenas, situação que tem obscurecido a pluralidade de experiências político-culturais de outras pólis da Hélade, por isso ressaltamos a relevância de uma postura crítica em relação a tais fontes em sala de aula.

No que tange à história da Roma Antiga nos manuais didáticos de História, também é muito frequente presenciar a generalização de práticas político-culturais da cidade de Roma às demais regiões que estão sob área de influência político-militar dos romanos tanto na república quanto no império. Desconsidera-se, com isso, a diversidade cultural das províncias romanas, suas trajetórias históricas e principalmente as trocas culturais que ocorriam entre as províncias e a sede político-administrativa do Senado ou do Império. Guarinello declara que

Muitos livros e artigos falam da ‘sociedade romana’, ‘cultura romana’, ‘economia romana’ etc, sem sentir qualquer necessidade em especificar se estão falando sobre Roma, a cidade, ou sobre a Itália, ou o Império como um todo. Na verdade, sob o Império, não há uma única sociedade ou economia ‘romanas’, mas uma imensa diversidade de idiomas, costumes, culturas e sociedades. A História de Roma tradicional, que é uma História constitucional, cadenciada pela sucessão dos

<sup>23</sup> ASSUMPCÃO, op. cit., p. 109.

<sup>24</sup> FRANCISCO, G. S; MORALES, F. A. Desvendando o atenocentrismo. *Rev. Cult. e Ext.*, São Paulo: USP, 2016., p. 69.

imperadores, não dá conta dessa vasta multiplicidade e variedades culturais, das múltiplas Histórias que podemos identificar em seu interior<sup>25</sup>

Guarinello, no excerto em questão, questiona a narrativa histórica ainda presente em muitos manuais de ensino de História que narram a história do Império Romano por meio de uma sequência de biografias dos imperadores e seus empreendimentos político-militares, esquecem-se da diversidade de experiências político-culturais do Império Romano e generalizam aspectos da cultura romana sobre todos os grupos étnicos que estiveram sob sua tutela político-militar. Para Guarinello, o panorama historiográfico sobre o Império Romano muda significativamente a partir dos anos 1990, momento em que conceitos antropológicos e filosóficos como identidade, alteridade, fronteiras étnico-raciais, interações culturais, representações, conectividade transregional passam a fazer parte das pesquisas<sup>26</sup>.

A despeito da intencionalidade ideológica presente nas periodizações da História Geral e da História Antiga, tal como abordamos, há esforços para pensar os processos históricos desvencilhados de uma perspectiva etnocêntrica.

Com mais frequência, historiadores têm reconhecido que a história é produto de interações sociais. De acordo com Jerry Bentley<sup>27</sup>, se concentrarmos no processo de interação transcultural, como critério para a periodização da História Geral, poderíamos identificar sem dificuldade marcas de continuidade e mudanças nos processos históricos que refletem experiências sociais mais abrangentes.

Primeiro, porque a periodização baseada na interação transcultural não objetiva envolver toda a história da humanidade em todos os tempos históricos, porquanto as sociedades humanas seguem trajetórias particulares que não devem ser desconsideradas. Segundo, a periodização global, nestes termos, não tem a pretensão de ser “universal”, na medida em que a trajetória histórica interna de sociedades individuais, tal como o desenvolvimento de suas instituições político-administrativas e militares ou suas próprias tradições culturais, passam a ser compreendidas sob a ótica dos diferentes níveis de impacto das interações transculturais que envolvem pessoas e países em maior ou menor escala<sup>28</sup>.

Para Bentley, as três categorias de análise para o estudo das interações transculturais são: migrações em massa, projetos de expansão imperial e comércio de longa distância. Para o historiador,

---

<sup>25</sup> GUARINELLO, op. cit., p. 54. Grifo nosso.

<sup>26</sup> GUARINELLO, N. L. Ordem, integração e fronteiras no Império Romano: um ensaio. *Mare Nostrum*, v.1, p. 113 – 127, 2010.

<sup>27</sup> BENTLEY, op. cit., p. 750-62

<sup>28</sup> BENTLEY, op. cit., p. 751.

Migrações em massa tiveram o potencial de promover transformações políticas, sociais, econômicas e culturais nos países que elas afetaram [...] Ao lado das migrações, a construção de impérios também influenciou o desenvolvimento histórico para além das linhas divisórias das sociedades e regiões culturais. O estabelecimento de impérios em larga escala não implicou necessariamente a extensão de uma supervisão restrita e centralizada por sobre todos os países e pessoas, incorrendo em fronteiras imperiais. ‘O céu é alto, e o imperador está distante’, de acordo com um provérbio chinês, que reconhece, de fato, certo grau de independência desfrutado por autoridades locais e regionais de impérios pré-modernos. Todavia, até mesmo na falta de uma efetiva supervisão central, a construção dos impérios pré-modernos influenciaram sociedades humanas.<sup>29</sup>

O excerto evidencia a importância da conectividade como parâmetro para compreender as interações transculturais. Tais empreendimentos promoveram o trânsito não só de mercadorias de luxo e grãos, azeite e vinho, mas, como observa David Abulafia, em *Mediterranean History as Global History*, migrantes e comerciantes, missionários e mercenários, místicos e peregrinos, conquistadores e escravos que, ao ingressar em uma região cultural, interagem com ela de forma a frequentemente transformá-la por sua presença, haja vista os empreendimentos de evangelização de Paulo de Tarso e as conquistas militares de Alexandre, o grande<sup>30</sup>. Além disso, Bentley também nos adverte para o fato de que a “criação de uma ordem imperial” consiste em um processo de integração social, visto que redefine as fronteiras políticas regionais, no entanto, tal ordem imperial simboliza uma superestrutura de poder que em geral produz poucos reflexos sobre as ordens locais, que frequentemente permaneciam com suas práticas culturais locais; submetidas, entretanto, a um novo poder unificado, o que as integrava a uma comunidade política comum.

No que diz respeito ao comércio de longa distância, Bentley sustenta que as recentes pesquisas têm sinalizado que tal prática pode ser avaliada por diferentes ângulos. Sob a perspectiva da antropologia econômica, preocupada com o significado político-cultural do comércio de produtos de luxo nas sociedades antigas e medievais, percebe-se que, embora o comércio de longa distância envolva poucas pessoas, ele se dirige a grupos sociais abastados e os bens postos em circulação, com frequência, atuam como símbolos de poder, *status* e autoridade. A capacidade de exibi-los, consumi-los ou distribuí-los a outros era crucial para o estabelecimento e manutenção de estruturas sociais e políticas. Isso quer dizer que tal prática econômica indiretamente impactava um grande número de pessoas, além das elites políticas e econômicas.<sup>31</sup>

---

<sup>29</sup> Ibid., p. 752. Grifo nosso.

<sup>30</sup> ABULAFIA, D. Mediterranean history as global history. *History and Theory*, v. 50, n. 2, p. 222, 2011.

<sup>31</sup> BENTLEY, op cit., p. 753

Além disso, o comércio transregional possibilita a integração não só econômica, mas também político-cultural das sociedades envolvidas. Quando sociedades pré-modernas envolvem-se no comércio de longa distância, as rotas comerciais facilitam não só o transporte e troca de mercadorias, mas também funcionam como avenida de difusão cultural, tecnológica e biológica<sup>32</sup>. Além disso, não podemos desconsiderar as implicações dessa atividade para promoção de mudanças culturais e religiosas.

Quando comerciantes negociavam regularmente através das linhas fronteiriças das sociedades e regiões culturais, eles estabeleceram comunidades em trânsito e trouxeram autoridades culturais e religiosas de suas terras natais para essas comunidades por seus próprios propósitos. Suas tradições culturais e religiosas às vezes atraíam interesse entre seus anfitriões, particularmente quando mercadores estrangeiros vinham de uma sociedade bem organizada, com capacidade para prover significativos benefícios políticos, diplomáticos, militares ou econômicos para seus anfitriões.<sup>33</sup>

Neste excerto Bentley defende que o comércio de longa distância consiste em uma categoria de análise útil para compreender experiências históricas que ultrapassam as linhas fronteiriças de sociedades e regiões culturais nos tempos pré-modernos e sustenta que tais critérios viabilizam uma periodização para a História Global que contempla, pelo menos, seis fases, a saber: a era das sociedades complexas (3500 – 2000 a.C), a era das civilizações antigas (2000 – 500 a.C), a era das civilizações clássicas (500 a.C – 500 d.C), a era pós-clássica (500 – 1000), a era dos império nômades transregionais (1000- 1500) e o período moderno (1500 ao presente)<sup>34</sup>, impulsionado pelo desenvolvimento e extensão das navegações marítimas<sup>35</sup>.

Para a definição dos períodos históricos, Bentley pautou-se nos níveis de interações transculturais e suas especificidades, bem como o grau de complexidade com que foram engendradas em diferentes regiões.

Na esteira das reflexões de Bentley, a primeira era, que compreende de 3500 a 2000 a.C., testemunhou o estabelecimento das sociedades agrícolas sedentárias na Mesopotâmia, Egito, Índia e China, sem desconsiderar que tais sociedades não se desenvolveram isoladamente, uma vez que as evidências arqueológicas mostram um comércio

---

<sup>32</sup> ABULAFIA op cit., p. 223

<sup>33</sup> BENTLEY, op cit., p. 755

<sup>34</sup> Muitos historiadores norte-americanos oferecem outras propostas de periodização baseadas em critérios como consolidação de sistemas inter-regionais de comunicação, desenvolvimento tecnológico, crescimento populacional, desenvolvimento urbano e formação de impérios e suas extensões, estruturas sociais e sistemas de crença. Por exemplo R. Dunn em *World History for us all* sugere que o ensino da história greco-romana seja dividido nas seguintes unidades temáticas: 1. emergência e intensificação do comércio indo-mediterrâneo (1200 - 600 a.C); 2. relações entre gregos e persas (600 a 300 a.C) e 3. Emergência dos impérios afro-eurasianos (300 a.C – 200 d.C).

<sup>35</sup> Ibid., p. 756.

intenso entre mesopotâmios e egípcios desde pelo menos 3500 a.C. e que, durante o terceiro e o segundo milênio a.C., este comércio se estende do Egito, da Síria e da Anatólia no Ocidente ao Afeganistão e ao vale do rio Indo no Oriente. Os sumérios, por exemplo, grupo localizado ao sul da Mesopotâmia, beneficiaram-se deste comércio transregional na medida em que o desenvolvimento político-cultural das cidades sumérias dependia de recursos naturais carentes nesta região, tais como o lápis lazuli, madeiras nobres, metais (cobre, estanho, chumbo, ouro e prata), provenientes em geral da região onde atualmente é Afeganistão em troca de cereais, artigos de couro, peixe seco, tâmaras e produtos têxteis, decorrentes da rica produtividade da região. Os comerciantes que estavam à frente destes intercâmbios frequentemente tinham a habilidade de falar línguas, comunicavam-se por cartas que circulavam por diferentes espaços e, por isso, Abulafia argumenta que podem receber o rótulo de “cosmopolitas”<sup>36</sup>.

Parte-se do pressuposto de que tais transações comerciais foram acompanhadas de trocas culturais, uma vez que mesopotâmios, egípcios, entre outros grupos nômades da Eurásia, influenciaram-se mutuamente quanto à adoção de motivos artísticos, domesticação de animais (como o cavalo, indispensável à otimização do comércio de longa distância), metalurgia do bronze, modos de agir e pensar, construções arquitetônicas, *design* de embarcações e sistemas de escrita que intervieram no desenvolvimento de sociedades da China ao Egito. Diante disso, fica claro que as primeiras sociedades complexas geraram instituições sociais que dependiam da interação transcultural.

Migrações e intercâmbios econômicos e culturais também estiveram presentes entre as chamadas “civilizações antigas” de 2000 a 500 a.C. Destaca-se, neste intervalo de tempo, o estabelecimento de impérios extensos e multiétnicos e a divulgação da escrita alfabética, a partir de aproximadamente 1050 a.C, idealizada pelos fenícios e aprimorada pelos gregos por meio do acréscimo das vogais. Essa escrita alfabética espalhou-se por meio das rotas comerciais das sociedades mediterrâneas ao sudoeste da Ásia e norte da Índia.

Outra característica importante deste período versa sobre a expansão da produção agrícola na Anatólia, Pérsia, Europa, no vale do rio Ganges, regiões da Ásia central e África subsaariana, entre outros lugares. A expansão das zonas de produção agrícola produziu efeitos sobre a densidade demográfica. Segundo Bentley<sup>37</sup>, historiadores demógrafos estimam que a população mundial em 3000 a.C. era de aproximadamente 14 milhões; em 2000 a.C. quase dobrou, chegando a 27 milhões; a partir de 1000 a.C., teria alcançado uma média de 50 milhões e, em 500 a.C., ao final da era das civilizações antigas, este número dobraria para 100

---

<sup>36</sup> ABULAFIA, op cit., p. 226.

<sup>37</sup> BENTLEY, op cit., p. 759.



milhões. Em contraste com tais ordens imperiais, os povos mediterrâneos (gregos, etruscos, fenícios e latinos) organizavam-se em pequenas comunidades políticas em vez de impérios centralizados e hierárquicos e atuavam na periferia dos grandes centros de poder político do período.

Os helenos, em particular, expandiram suas cidades, que na falta de um termo melhor denominamos “colônia”, ao longo das margens do Mediterrâneo e do Mar Negro. Havia uma grande variedade de “cidades-mães”, isto é, cidades reconhecidas como impulsionadoras do processo de colonização, mas tais cidades (*metropolis*) raramente mantinham um controle político sobre as colônias. As colônias helênicas eram entidades políticas independentes, apenas com laços rituais com a cidade-mãe (*metropolis*). Para Irad Malkin, este não era apenas um fenômeno helênico, mas mediterrânico, haja vista a semelhança do processo de colonização entre fenícios e etruscos<sup>38</sup>. Até 500 a.C., os gregos em geral não objetivavam conquistar extensos territórios; ao contrário, eles concebiam a colonização em termos pontuais, tal como prefigurava o modelo políade. No entanto, é preciso lembrar que a fragmentação política das cidades que compunham a bacia do Mediterrâneo não desestimulou os intercâmbios culturais e econômicos na região.

Dado o exposto, observa-se que os gregos não se reconheciam como membros de uma comunidade política que envolvia todas as cidades helênicas, ainda que se percebessem integrados a um “mundo familiar” – *oikoumene*, que se diferia de outros povos.

Para muitos historiadores, a esfera do sagrado fornecia um campo comum, por meio do qual diferentes helenos (e não-helenos) podiam estabelecer redes de sociabilidade, no interior dos quais os cultos parecem ter servido mais para aproximar do que para distanciar comunidades.

Quando gregos e fenícios, por exemplo, encontravam-se, poderiam facilmente estabelecer pontos de contato entre suas divindades: o deus fenício Melqart poderia se equiparar ao grego Hércules. Nenhum deles era considerado “falso deus”, uma noção ininteligível a helenos e fenícios. Para Malkin, “os deuses dos ‘outros’ eram ou desconhecidos (‘novos deuses’) ou o ‘mesmo’, mas conhecido por nomes e atributos diferentes”<sup>39</sup>, por isso Heródoto dizia que “Amon é o nome de Zeus entre os Egípcios”, isto é, “Amom é como se diz ‘Zeus’ no Egito”<sup>40</sup>.

---

<sup>38</sup> MALKIN, I. Postcolonial concepts and ancient greek colonization. *Modern Language Quarterly*, v. 65, n.3, 2004, p. 347.

<sup>39</sup> *Ibid.*, p. 350.

<sup>40</sup> HERÓDOTO, 2.42 *apud* MALKIN, 2004, p. 350

Quanto às interações econômicas, Kostas Vlassopoulos, em *Unthinking the greek polis*, informa-nos sobre a constituição de zonas comerciais de influência na bacia do Mediterrâneo do período arcaico. Thasos, por exemplo, esteve à frente das trocas comerciais no norte do Egeu; Olynthus em Chalcidike; Sinope no Mar Negro; Massalia no oeste mediterrânico. Tais evidências sinalizam tentativas de forjar relações comerciais transregionais, na bacia do Mediterrâneo, em torno de um centro dominante<sup>41</sup>.

O terceiro período da história global, a era das civilizações clássicas, que se estende aproximadamente de 500 a.C. a 500 d.C., diferenciar-se-ia das primeiras sociedades complexas e das civilizações antigas em muitos sentidos, visto que historiadores têm associado as civilizações clássicas com o desenvolvimento das tradições culturais e religiosas, tais como o confucionismo, budismo, a filosofia grega e os cristianismos, que influenciaram, por sua vez, visões de mundo, crenças e valores em suas respectivas sociedades.

Além disso, as civilizações clássicas ampliaram suas áreas de influência político-militar em larga escala quando comparadas às sociedades antigas anteriores, por exemplo: a dinastia Han envolveu um território mais extenso do que as dinastias Shang e Zhou; a dinastia Aquemênida na Pérsia estendia-se do vale Indo à Ásia Menor, a dinastia Máuria absorveu vários reinos da Índia, as pólis gregas alinharam-se de modo transregional, haja vista a formação das Ligas de Delos, do Peloponeso, Etólia e Aqueia; o Império greco-macedônico de Alexandre, o Grande, conquistou, a partir do final do século IV a.C., as cidades-Estado helênicas, o Império Persa até o vale Indo na Índia, o Oriente Próximo e o norte da África até o reino Kush, os quais resultaram na formação dos reinos helenísticos após a morte de Alexandre; posteriormente, o Império Romano conectou político-militarmente as sociedades mediterrâneas ao norte da África e ao Oriente Próximo.

Com o aprimoramento dos contatos culturais, das redes de cooperação sócio-econômica e das tecnologias de transporte, as chamadas “sociedades clássicas” otimizaram as interações transculturais. Persas, chineses, indianos e romanos investiram consideráveis recursos para a construção de estradas e pontes, indispensáveis ao estabelecimento de uma rede de comunicação que conectava diferentes regiões à sede político-administrativa. Muitas cidades destacaram-se por seu caráter cosmopolita, como Alexandria, no interior da qual dialogavam helenos, judeus e egípcios.

Cidades como Alexandria desempenharam um importante papel na transmissão de ideias, especialmente religiosas, que permitiram, por exemplo, que os deuses gregos e suas

---

<sup>41</sup> VLASSOPOULOS, op. cit., p. 183.

representações iconográficas, bem como os rituais de adoração aos deuses egípcios pudessem ser compartilhados nos portos etruscos e resultassem em diferentes experiências religiosas tal como o culto a Ísis e Serápis (deus romano que resultou da fusão de diferentes divindades como Osiris, Herácles e Hades) nas extensões do Império Romano. De acordo com Bentley,

As civilizações clássicas começaram a emergir já em meados do séc. VI a.C com o aparecimento da dinastia Aquemênida na Pérsia. Ambas, a dinamização do comércio transcultural e a intensidade das interações transculturais cresceram particularmente durante o período helenístico, na medida em que civilizações clássicas na Pérsia e na bacia do Mediterrâneo engajaram-se politicamente, militarmente, economicamente e culturalmente. Locais proeminentes de interação transcultural foram as muitas cidades instituídas pelo conquistador Alexandre na Pérsia e na Bactria. Originalmente povoada por soldados e administradores, essas cidades logo atraíram comerciantes e banqueiros gregos que os uniram à bacia do Mediterrâneo que já se movia em direção à integração econômica.<sup>42</sup>

Ao considerar esse constante processo de integração regional, reconhecemos a relevância da elaboração de uma complexa e bem-articulada rede de contatos comerciais terrestres e marítimos, chamada “rota da seda”, que movimentou mercadores entre a China, Ásia central, Pérsia até a bacia do Mediterrâneo, conseqüentemente o estabelecimento e manutenção destas rotas comerciais dependiam de diferentes comunidades políticas, como dinastias Han e os impérios Cuchana, Parta e Romano, os quais pacificaram grande parte da Eurásia e reduziram os riscos que envolvia o comércio de longa distância.

Figura 1: Principais rotas da seda terrestres e marítimas



Fonte: Disponível em: <https://www.ancient.eu/image/8327/map-of-the-silk-road-routes/> Acesso em: 22 mar. 2019

Legenda: em vermelho, a rota da seda por via terrestre; em azul, a rota da seda por via marítima.

<sup>42</sup> BENTLEY, op cit., p. 761

Embora o império bizantino (Império Romano do Oriente) e o império Sassânida (Persa) tenham sobrevivido, comunidades nômades da Ásia Central, fortalecidas pelos intercâmbios de longa distância, a partir do século III, contribuíram para fragilizar a organização político-administrativa dos impérios clássicos. Então, ao passo que as rotas comerciais de longa distância auxiliaram o estabelecimento e manutenção dos impérios clássicos, também os conduziram à fragilização e dissolução de suas instituições político-militares. As migrações, conquistas e projetos de poder dos grupos nômades da Ásia central, que haviam cooperado para as interações transculturais, detiveram papel relevante no colapso da dinastia Han e do Império Romano Ocidental o que resultou no fim da era das civilizações clássicas, segundo Bentley.<sup>43</sup>

Adicionado a isso, a fragmentação política dos impérios clássicos trouxeram uma interrupção, ainda que temporária, às organizações políticas de longa distância; o comércio de longa distância também foi afetado por diferentes motivos: instabilidade social, ou seja, o comércio de longa distância tornou-se mais arriscado que os anos anteriores em virtude da fragmentação política, perdas demográficas em razão da disseminação de doenças e disputas por terra, de tal forma que, nos dois próximos séculos, as interações transculturais não desapareceram, mas se tornaram menos proeminentes que a era clássica.

Somente a partir do início do século VI é que se observa novamente o recrudescimento das interações transculturais, período que Bentley chama de “pós-clássico” (500 – 1000), caracterizado pela revitalização dos núcleos de poder e dos processos de integração regional. Sendo assim, o período pós-clássico teria sido marcado pelo império chinês Tang, pelo império muçulmano Abássida, pelo Império Bizantino, na bacia oriental do Mediterrâneo, e pelo Império Carolíngio, na Europa Ocidental. Todos estes impérios mantiveram extensos territórios e atuaram como âncoras à renovação do processo de interação transcultural do mundo pós-clássico, ou seja, a estabilidade política possibilitada pelos impérios Tang, Abássida, Bizantino e Carolíngio encorajaram comerciantes a revitalizar as redes de intercâmbio das rotas da seda. Isso quer dizer que, mais uma vez, caravanas atravessam a bacia do Mediterrâneo, Ásia central e China e, por via marítima, regiões do litoral da Índia e bacia oceânica.<sup>44</sup>

Em comparação com a “era clássica”, historiadores têm demonstrado que o volume de mercadorias em intercâmbio é maior, além de envolver um número maior de

---

<sup>43</sup> BENTLEY, op. cit.

<sup>44</sup> BENTLEY, op cit., p. 763.

regiões com portos muito ativos como a África subsaariana oriental e ocidental e a bacia do oceano Índico e suas respectivas cidades costeiras, o que demonstra que estas interações não se circunscrevem à Europa e à Ásia.

No período que compreende 1000-1500, Bentley observa um realinhamento político-cultural dos impérios pós-clássicos, uma vez que, neste momento, assiste-se a um processo de emancipação das autoridades locais, o que implica o enfraquecimento dos núcleos de poder estabelecidos em detrimento da emergência de grupos nômades que consolidaram impérios incorporando uma vasta área da Eurásia, os quais ampliaram, numa escala maior que os impérios pós-clássicos, as redes de contatos entre China e diversas comunidades ocidentais. É importante observar que os impérios constituídos por grupos nômades tiveram como base a Ásia Central, uma região historicamente importante para o comércio de longa distância via terrestre.

Por exemplo, durante o século XI, os Seljúcidas construíram um império que se estendia da Ásia Central ao sudoeste da Ásia e Anatólia; ao mesmo tempo o povo Khitai estabeleceu um império de norte a oeste da China. Durante o século XII, os Jurchen, povos seminômades da Manchúria, subjugarão os Khitai e incorporaram o norte da China; todavia, durante o século XIII, os mongóis e seus aliados submeteram grande parte da Eurásia em um vasto império que comportava China, Manchúria e a Coreia, no Oriente; da Rússia até o rio Danúbio, no Ocidente, de tal forma que, a partir do século XIV, as interações transculturais tornaram-se mais frequentes, regulares, intensas e sistemáticas, entre a Europa Ocidental e governantes mongóis da China, do que nos períodos anteriores<sup>45</sup>. É evidente que as interações transculturais de 1000 a 1500 inserem o Oriente num patamar privilegiado, na medida em que a intensificação do comércio a longa distância promoveu o trânsito de mercadorias, confissões de fé, práticas culturais e doenças. Entre 1300 e 1400, a peste bubônica e outras epidemias dizimaram aproximadamente 70 milhões de pessoas na Europa e entre 115 a 75 milhões, no império Mongol. Diante desse quadro, as interações transculturais declinaram entre 1300 e 1500.

A retomada dos intercâmbios político-econômicos e culturais ocorrera a partir de meados do século XVI, momento em que Bentley caracteriza como “período moderno”. Para o historiador, este período segue uma dinâmica diferente da anterior, uma vez que, desde o início do século XV, a Europa já havia acumulado e refinado complexas tecnologias que

---

<sup>45</sup> BENTLEY, op cit., p. 767.

permitiram que os europeus ocidentais obtivessem êxito em seus projetos expansionistas a partir de então.

Dado o exposto, ao analisar as propostas de periodização da História Global e da História Antiga sob a ótica da conectividade ou das relações transculturais, as sociedades gregas e romanas, que por muito tempo definiu, no Brasil, o que se entendia por História Antiga, ocupam um papel periférico ou secundário. Dito de outro modo, Grécia e Roma são periféricas em relação à dinâmica político-econômica e cultural de sociedades com quem dialogava na Antiguidade<sup>46</sup>.

Considerando os vários modelos de periodização em circulação nas escolas e academias norte-americanas e europeias, a questão central está relacionada à perda da centralidade dos estudos sobre Grécia e Roma em detrimento de uma perspectiva comparada entre as sociedades antigas ocidentais e orientais bem como um olhar mais abrangente acerca das conexões entre tais sociedades, estudadas separadamente por muito tempo. Se houver o recrudescimento de tais tendências historiográficas no Brasil, historiadores de História Antiga serão estimulados a pensar mais detidamente sobre as interações transculturais ou transregionais em uma escala cada vez mais abrangente, ou seja, que transcende os limites de atuação dos povos mediterrâneos.

---

<sup>46</sup> POLLARD, E. A. Placing greco-roman History in World Historical context. *Classical World*, v. 102, n. 1, p. 53-6, 2008.